

CONTABILIDADE PÚBLICA: MUDANÇAS DAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO ATRAVÉS DA NBC T 16 - ESTUDO DE CASO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE WANDERLEY.

Henrique Willian Silva Vasco¹

Ginda Klaus Emerick Vilas Boas²

RESUMO

O objetivo desse estudo é evidenciar de que forma a Prefeitura Municipal de Wanderley vem adequando às mudanças das normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. A metodologia utilizada na pesquisa configura-se como exploratória com abordagem qualitativa realizada por meio de pesquisa documental e bibliográfica, foi feito um levantamento das principais leis e normas antes e depois da padronização da Contabilidade Aplicado ao Setor público, e os principais princípios da administração pública e os todos os princípios da contabilidade sob a perspectiva da contabilidade pública. Os dados da pesquisa revelam que a prefeitura Municipal de Wanderley ainda está em processo de convergência em relação às Normas de Contabilidade Aplicado ao Setor Público, foi verificado muitos pontos negativos em relação à adequação, pois ainda existem muito a ser modificado para ficar de acordo com a padronização da NBCASP, deste modo foi possível comprovar que a Prefeitura Municipal de Wanderley está com dificuldade de ordem técnica em relação à padronização das novas Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Palavras chave: NBCASP. Contabilidade Pública. Prefeitura Municipal de Wanderley.

1. INTRODUÇÃO

A ciência contábil no Brasil vem passando pelo processo de convergência em suas normas de contabilidade aplicada ao setor público em relação aos padrões internacionais de contabilidade, o presente estudo busca analisar e compreender os impactos e principais dificuldades devido a implementação dessas normas no Brasil.

¹ Henrique Willian Silva Vasco – Bacharelado 8º Semestre do curso de ciências contábeis da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB. E-mail: vasco_contabeis@hotmail.com.

² Orientador – Ginda Klaus Emerick Vilas Boas - Bacharel em ciências contábeis, professor da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB – E-mail: ginda@fasb.edu.br.

No sentido de disponibilizar informações de como vem ocorrendo essas mudanças na prefeitura do município de Wanderley.

Essa pesquisa mostra as principais mudanças que ocorreram na contabilidade aplicada ao setor público em relação a essa padronização, foi o resgate da ideia de que o objeto da contabilidade é o patrimônio, a contabilidade orçamentária que até então vinha tendo principal destaque, deixa de exercer o papel principal, passando à responsabilidade de protagonista para contabilidade patrimonial.

Além disso, outro avanço importante foi à edição da lei complementar nº101/2000 LRF-Lei de responsabilidade fiscal que estabeleceu a exigência para consolidação nacional das contas públicas que foi a criação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e a criação das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP).

Nesse aspecto o estudo a desenvolvido tem por temática as mudanças das normas brasileiras de contabilidade ao setor público, o qual busca responder o questionamento: de que forma vem ocorrendo às adequações das novas normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público na prefeitura municipal de Wanderley?

Nessa expectativa de lançar esclarecimento a este questionamento, o estudo a ser desenvolvido tratará de responder as questões que envolvem este processo de padronização que será realizada através de questionários para os principais envolvidos da entidade que irá ser pesquisada.

Dado o exposto, a pesquisa apresenta caminhos e fundamentos que envolvem todas as mudanças relevantes da padronização das normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público.

Essa pesquisa tem o foco voltado para as mudanças das normas de contabilidade aplicada ao setor público, tendo como instituição pesquisada, a prefeitura municipal de Wanderley, cujo tema é de fundamental importância em vários aspectos, principalmente ponto de vista social, logo que a pesquisa será voltada para a contabilidade de uma prefeitura municipal.

Ressaltando que as mudanças das Normas Brasileiras de Contabilidade aplicada ao setor público (NBCT 16) passaram a ser exigidas há pouco tempo no Brasil. É possível afirmar que há poucas pesquisas científicas tematizando esse assunto, isso faz com que esse trabalho direcionado à prefeitura municipal de

Wanderley se torne de grande valor no aspecto acadêmico, pois poderá servir de base teórica para outras pesquisas com objetivo correlativo.

Hoje em dia, a contabilidade aplicada ao setor público passa por um processo de convergência de suas normas, onde o objetivo principal é o resgate da Contabilidade Patrimonial, ou seja, é despertar, no setor público, o entendimento de que o objeto da contabilidade é o patrimônio, e não somente o controle do orçamento; alguns conhecimentos no ponto de vista contábil foram modificados ou complementados e isso gera um grande problema não só para os profissionais desta área mais também para toda a administração, pois adotar essas novas regras não é algo rudimentar. É importante salientar a importância que essa pesquisa tem aos profissionais envolvidos para enxergar essas normas não só de uma maneira complexa, mas de um modo onde eles evidenciarão a importância desses conhecimentos pelo fato da exigência nacional, onde também é relevante ressaltar que o contador deverá ser mais bem valorizado a partir da vigência dessas normas, a contabilidade começará a ter a mesma importância de uma secretaria.

Em se tratando do ponto de vista social essa pesquisa tem fundamental importância em relação à tentativa de conhecer a contabilidade aplicada ao setor público da cidade de Wanderley. Considerando a importância de se estabelecer as normas de acordo a NBC T 16, onde todos os profissionais envolvidos estejam buscando conhecimento para que se construa uma gestão mais organizada e que proporcionem melhorias para a sociedade em geral, pois uma gestão executiva organizada automaticamente gerará benefícios para a cidade, uma vez que repercutirá em benefícios, visando o bem estar de todos.

É importante enfatizar que essa nova sistemática poderá ter mais facilidade para a demanda da sociedade por transparência nas contas públicas onde exige informações confiáveis que reflitam a real situação patrimonial. A contabilidade auxilia a instrumentalização do controle social. Por se tratar de uma ciência social aplicada, tem como principal objetivo fornecer informações sobre resultados econômicos, financeiros e patrimoniais aos usuários no sentido de contribuir para a tomada de decisões e adequada prestação de contas. A uniformização dos procedimentos contábeis deve possibilitar a disponibilização de “informações contábeis transparentes e comparáveis, que sejam compreendidas por analistas financeiros, investidores, auditores, contabilistas e demais usuários,

independentemente de sua origem e localização”. Assim, a contabilidade é peça fundamental na busca da transparência.

Hoje em dia, umas das maiores dificuldades que se tem para adequação das normas brasileiras de contabilidade aplicada ao setor público é a quebra de paradigmas e costumes que já estão enraizados nos contadores que atuam nessa área.

Desse modo, é importante destacar a importância da sensibilização dos profissionais envolvidos (não só dos contadores mais também dos gestores). Dessa maneira, pode-se ressaltar que essa adequação não acontecerá de maneira imediata, poderá levar algum tempo para que todos os municípios brasileiros tenha se adequado.

Nesse contexto, levanta-se um questionamento para Identificar de que maneira a Prefeitura Municipal de Wanderley vem promovendo a adequação das normas internacionais de contabilidade aplicada ao setor público?

A pesquisa foi realizada com base no método indutivo, e, no que se refere aos seus objetivos é tipificada como exploratória, quanto à natureza esta se classifica como aplicada, e sua abordagem será qualitativa.

O objetivo de uma pesquisa exploratória é familiarizar-se com um assunto ainda pouco conhecido, pouco explorado. Ao final de uma pesquisa exploratória, você conhecerá mais sobre aquele assunto, e estará apto a construir hipóteses. Como qualquer exploração, a pesquisa exploratória depende da intuição do explorador (neste caso, da intuição do pesquisador). Por ser um tipo de pesquisa muito específica, quase sempre ela assume a forma de um estudo de caso (GIL, 2008)

Portanto essa pesquisa usou algumas ferramentas para alcançar os objetivos propostos, uma vez que os recursos utilizados serão verificados pelo método aplicado. Dessa forma os instrumentos técnicos para coleta de dados são:

- Estudo de caso com aplicação de questionário de perguntas fechadas na entidade principal que é a Prefeitura Municipal de Wanderley no dia 20/10/2015 que será aplicado no departamento de contabilidade que compõe 4 funcionários sendo eles 3 auxiliares e o contador concursado responsável pela elaboração dos demonstrativos, para o controlador interno da prefeitura, para o prefeito municipal, secretaria de administração e finanças, diretor de RH, chefe de departamento de

contratos e licitação e 3 pessoas da empresa externa de contabilidade que presta serviço para o município.

- Bibliográfica, pois se trata de um estudo também contemplado por este instrumento.

É importante ressaltar que esta monografia foi realizada no período do mês de março a novembro.

2. A CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO NO BRASIL ANTES DAS NORMAS DA NBCT SP

2.1. CONTEXTO HISTÓRICO

A contabilidade aplicada ao setor público é existente no Brasil desde por volta do ano 1800 quando foi determinado pelo príncipe D. João VI que tornou obrigatória a escrituração contábil nos órgãos públicos, foi aí que nasceu a história da contabilidade Pública no Brasil, a necessidade de organização pelo fato de grande desenvolvimento econômico e cultural da época, como exemplo a criação de portos, comercialização de produtos, também com a criação do Banco do Brasil, onde originou a emissão do papel moeda, com esse grande avanço na economia brasileira, surgiu muitos gastos, e com isso a necessidade maior de controlar e organizar o patrimônio público.

A grande revolução da contabilidade aplicada ao setor público no Brasil acontece em 1964 com a Lei nº 4320 que estabeleceu normas gerais para o controle do orçamento e balanços para Municípios, Estados, União e Distrito federal, foi um marco histórico em relação a planejamento, controle e transparência na gestão pública de forma considerável.

Segundo Silva (2003) diz que neste sentido, aos sistemas de contabilidade pública caberia à função precípua de efetuar o controle visando solucionar dois problemas diversos: propiciar as informações necessárias à direção da organização para que oriente de forma mais econômica as opções de gestão, e possibilitar que os gestores exerçam o controle sobre o processo de gestão em seu aspecto econômico.

Outro marco histórico muito importante da contabilidade pública brasileira foi a Lei complementar N° 101 aprovada em 4 de maio de 2000 (Lei de responsabilidade fiscal – LRF) que foi uma lei feita para aumentar ainda mais a fiscalização dos órgãos públicos, contra a má utilização do dinheiro público, evitando a má distribuição e equilibrando receitas e despesas.

A LRF veio para dar um caráter muito mais significativo para a administração pública, criando um sistema de acompanhamento periódico dos resultados, disciplinando as atividades e punindo os infratores no exercício das ações governamentais e com isso procurando evitar fraudes como desvio de verba, desperdícios e má distribuição, dando maior confiança para a sociedade brasileira.

A Administração Pública é caracterizada por Di Pietro (2005, p. 59-61) nos sentidos objetivo e subjetivo:

Em sentido objetivo, abrange as atividades exercidas pelas pessoas jurídicas, órgãos e agentes incumbidos de atender concretamente às necessidades coletivas; corresponde à função administrativa, atribuída preferencialmente aos órgãos do Poder Executivo podendo ser definida como atividade concreta e imediata que o Estado desenvolve, sob o regime jurídico de direito público, para consecução dos interesses coletivos. (DI PIETRO, 2005)

Outro conceito de administração pública é defendido por Meirelles (2004, p. 64):

Em sentido formal, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo; em sentido material é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral; em acepção operacional, é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico, dos serviços próprios do Estado ou por ele assumidos em benefício da coletividade. Numa visão global, a administração é, pois, todo aparelhamento do Estado preordenado à realização de serviços, visando à satisfação das necessidades coletivas. (MEIRELLES, 2004)

2.3. ASPECTOS RELEVANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

É importante ressaltar alguns estudos da administração pública, onde se fala sobre alguns pontos relevantes sobre o tema, a administração pública é constituída em dois sentidos, que são os sentidos subjetivos (formal) e os objetivos (material), logo abaixo será conceituado e exemplificado sobre cada um desses sentidos.

De acordo com Meirelles, (1994, p.55) a administração pode assumir duas vertentes: a primeira é a ideia de servir e executar; a segunda envolve a ideia de

direção ou gestão. Nas duas visões há a presença da relação de subordinação e hierarquia. Administrar para muitos significa não só prestar serviços e executá-los, como também governar e exercer a vontade com o objetivo de obter um resultado útil à coletividade. Administrar significa também planejar e elaborar ações no sentido de enfrentar os problemas vividos diariamente pela sociedade, ou seja, elaborar políticas públicas que possam orientar as ações governamentais. Em suma podemos definir administração pública como toda atividade do Estado.

2.3.1. Administração Pública no Sentido Formal

A administração pública no sentido formal, ou também chamada de sentido orgânico ou subjetivo pode ser definida como um conjunto de órgãos de pessoas jurídicas e entidades públicas que zelam pelo o interesse do estado propriamente designadas para exercer atividades administrativas, são exemplos os entes públicos, entes políticos, agentes administrativos, órgãos públicos e entidades públicas.

Segundo Di Pietro (2009)

Que a Administração Pública “no sentido subjetivo, formal ou orgânico, ela designa os entes que exercem a atividade administrativa; compreende pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos incumbidos de exercer uma das funções em que se triparte a atividade estatal: a função administrativa” (DI PIETRO, 2009).

2.3.2. Administração Pública no Sentido Material

A administração pública no sentido material, ou também chamada de sentido subjetivo, fala sobre a função administrativa do estudo e suas funções, esse sentido se relaciona com o objeto da administração, sua principal preocupação não é com quem exerce a administração pública, mais com o que faz essa administração, e de que maneira é exercida.

As atividades administrativas que fazem parte da administração pública no sentido material são:

Prestação de serviços públicos; por sua vez, é toda atividade sólida que a Administração exerce, por si ou por meio de terceiros, com o alvo de contentar as mais variadas necessidades coletivas, sob regime somente ou preponderantemente de Direito Público.

Polícia administrativa: envolve as atividades incluídas ao controle, fiscalização e programa das chamadas limitações administrativas, as quais constituem advertências e condicionamentos impostos ao exercício de direitos individuais em prol do interesse coletivo;

Fomento; consiste na atividade de incentivo à iniciativa privada de interesse público, mediante incentivos fiscais, auxílios financeiros e subvenções, entre outros instrumentos de estímulo.

Intervenção administrativa; inclui duas espécies de atividades: a regulamentação e a fiscalização da atividade econômica de natureza privada e a atuação direta do Estado no domínio econômico, dentro dos permissivos constitucionais.

2.3.3 O Princípio da Supremacia dos Interesses Públicos

Esse princípio diz que todo ato do estado deve ser voltado para o interesse público, sendo que esses atos estejam em regularidade da lei, desse modo os interesses individuais e privados estão subordinados ao interesse público.

É importante ressaltar que qualquer conflito envolvendo o interesse público e o interesse privado, o interesse público estará sempre acima, lembrando que se leva em consideração os direitos e garantias individuais expresso na constituição.

Segundo Binenbojm (2007 p. 151):

O administrador, à luz das circunstâncias peculiares ao caso concreto, bem como dos valores constitucionais concorrentes, alcançar solução ótima que realize ao máximo cada um dos interesses públicos em jogo. Como resultado de tal raciocínio de ponderação, tem-se aquilo que convencionamos chamar de melhor interesse público, ou seja, o fim legítimo que orienta a atuação da Administração Pública. (BINENBOJIM: 2007)

Também Ávila (2007, p.14) leciona que a verificação de que a administração deve orientar-se sob o influxo de interesses públicos não significa, nem poderia significar que se estabeleça uma relação de prevalência entre os interesses públicos e privados.

2.3.4 Indisponibilidade do Interesse Público

Partindo do mesmo pensamento do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado o princípio da indisponibilidade do interesse público diz que

os administradores e empregados público não pode abrir mão de maneira alguma do interesse públicos envolvidos nos atos administrativos dos entes da administração direta e indireta.

De acordo com Di Pietro (2014, p. 67-68) a autoridade não pode renunciar ao exercício das competências que lhe são outorgadas por lei; não pode deixar de punir quando constate a prática de ilícito administrativo; não pode deixar de exercer o poder de polícia para coibir o exercício dos direitos individuais em conflito com o bem-estar coletivo; não pode deixar de exercer os poderes decorrentes da hierarquia; não pode fazer liberalidade com o dinheiro público. Cada vez que ela se omite no exercício de seus poderes, é o interesse público que está sendo prejudicado.

3.0. DE QUE FORMA A PREFEITURA DA CIDADE DE WANDERLEY-BA VEM SE ADEQUANDO A ESSAS NOVAS NORMAS DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Esse capítulo trata-se dos resultados finais da pesquisa, que foram realizados na Prefeitura Municipal de Wanderley, com no total de 13 pessoas que atuam diretamente e indiretamente com a implantação das novas normas de contabilidade aplicada ao setor público, sendo 7 técnicos que atuam diretamente na contabilidade e 6 pessoas que estão inclusas na parte administrativa da entidade pesquisada, tendo em vista que não é só responsabilidade dos departamentos de contabilidade que atuam internamente ou externamente a execução dessas normas, mais também dos gestores, controladores, secretários , RH e etc. Sendo que é imprescindível a atuação de tais na contabilidade , para que se tenha uma gestão pública transparente e correta, visando o interesse do coletivo.

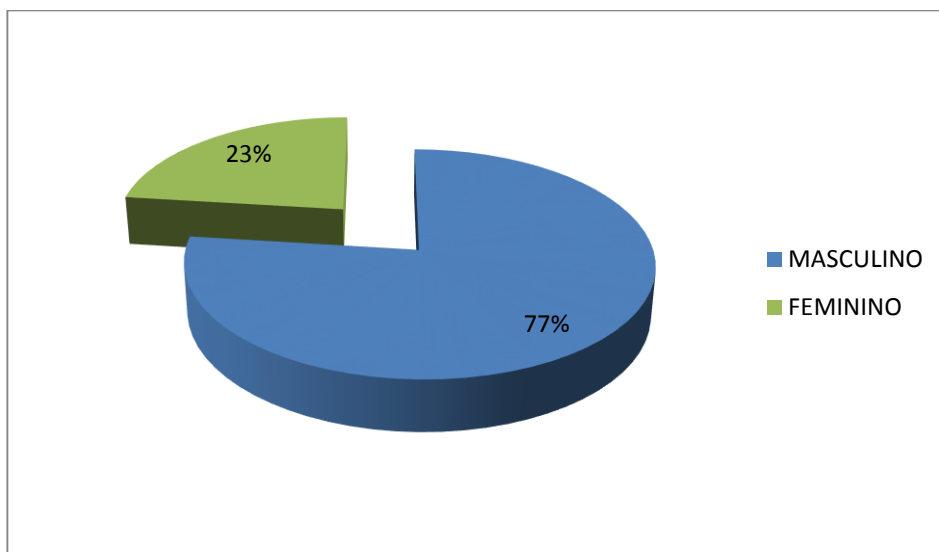
O objetivo do questionário aplicado é responder o problema que é saber de que maneira a Prefeitura municipal de Wanderley vem implantando essas normas de contabilidade, verificar se ela vem registrando corretamente as normas da Nbc t 16, verificar se a entidade está com dificuldade de ordem técnica ou não para a convergência dessas normas, e analisar se os gestores e pessoas ligadas à

administração estão familiarizados com essas mudanças na Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Lembrando que foram realizadas 16 questões no questionário e sendo todas elas fechadas.

3.2 RESULTADOS DO QUESTIONÁRIO E ANÁLISES

1° questão: A primeira questão na figura 1 procura identificar o sexo das pessoas que trabalham na entidade.

Figura 1 - SEXO

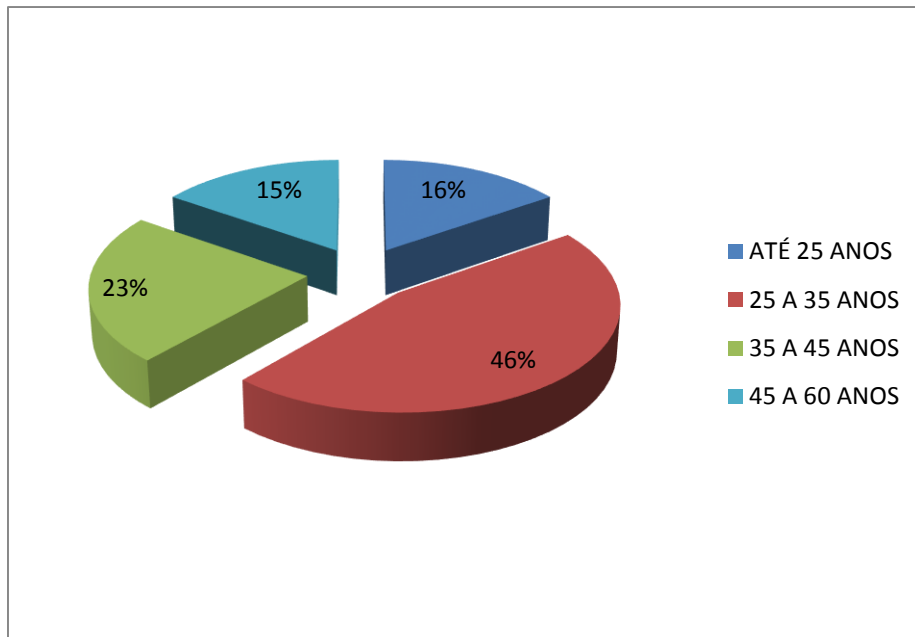


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Através do gráfico é possível perceber que 77% dos funcionários são do sexo masculino e 23% do sexo feminino, sendo a maioria homens, é importante lembrar que isso não afetará a eficiência de execução das atribuições do trabalho, o objetivo é acompanhar o perfil de funcionários técnicos e gestores da Prefeitura Municipal de Wanderley.

2° questão: A segunda questão visa saber qual a faixa de idade dos funcionários da prefeitura Municipal de Wanderley.

Figura 2 – FAIXA DE IDADE



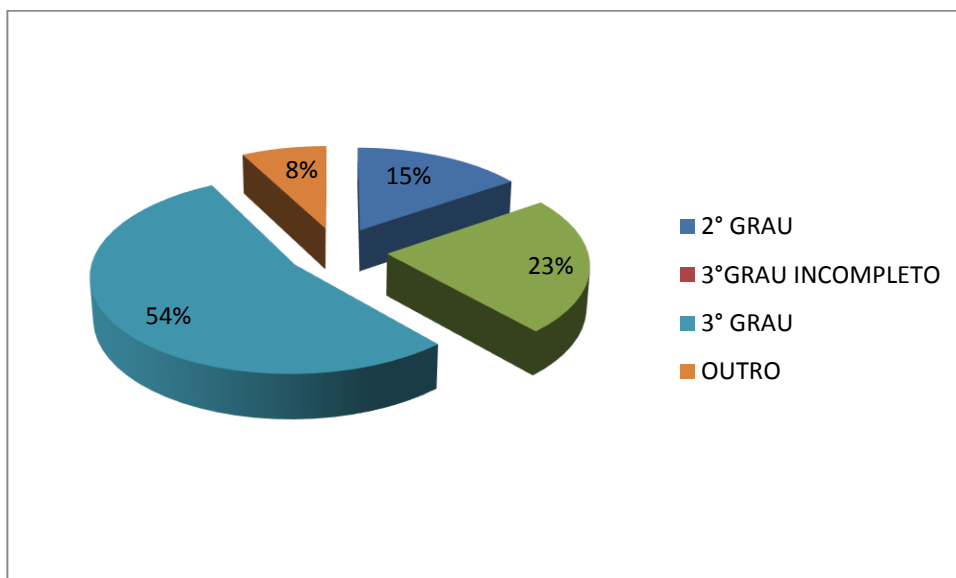
FONTE:

ELABORAÇÃO PRÓPRIA

De acordo o gráfico a maior parte dos funcionários da entidade pesquisada está entre 25 a 35 anos com 46% do total o a segunda maior parte está entre 35 a 45 anos com 23% e o restante se divide entre em até 25 anos e 45 a 60 anos.

3° questão: Essa questão se refere em como se encontra o grau de escolaridade dos funcionários da Prefeitura Municipal de Wanderley escolhidos para responder o questionário.

Figura 3 - ESCOLARIDADE

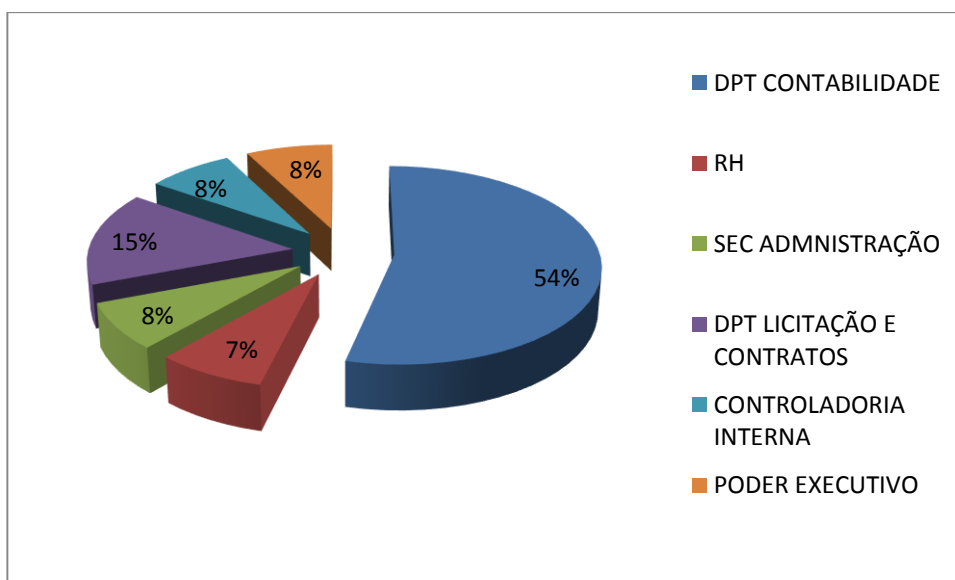


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

De acordo com o gráfico foi obtido um resultado muito bom, onde 54% ou seja, mais da metade das pessoas que responderam o questionário tem nível superior, onde isso mostra que na prefeitura municipal de Wanderley, a maioria são pessoas capacitadas em relação à escolaridade para exercer suas funções de maneira correta e eficiente, em seguida com a segunda maior parte com 23% vem funcionários que estão terminando o ensino superior, isso é importante, porque de ter mais da metade com graduação outra boa está se aperfeiçoando, mostrando que interesse profissional entre os técnicos envolvidos relacionados a responder o questionário, os outros 23% se dividem em segundo grau e outros.

4° questão: Essa questão informa qual o cargo exercido por cada funcionário que respondeu o questionário.

Figura 4 - CARGO

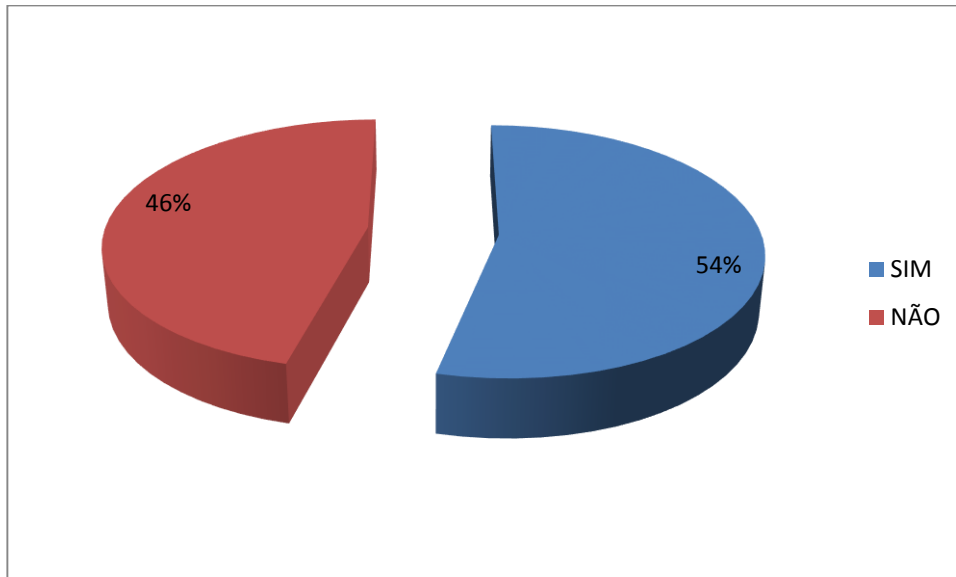


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O gráfico revela que 54% dos que responderam o questionário fazem parte da equipe de contabilidade que são diretamente responsáveis pela convergência, destacando que 4 desses funcionários trabalham internamente na entidade e 3 trabalham externamente em escritório particular que presta serviço para a entidade pesquisada, portanto formando uma equipe de 7 técnicos, os outros 6 funcionários que somam 46% dos que responderam o questionário representam a parte administrativa de entidade pesquisada.

5° questão: Essa questão tem o objetivo em saber se os funcionários da entidade tem pretensão em continuar exercendo sua função na área pública ao longo da vida.

Figura 5 - PRETENSÃO PARA EXERCER O CARGO FUTURAMENTE

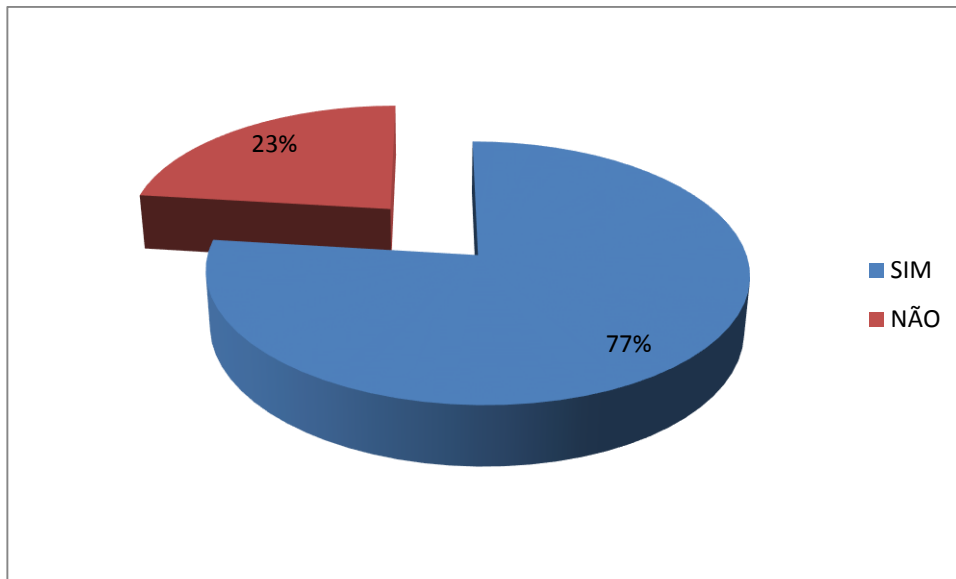


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

De acordo o gráfico acima de 54% do pessoal quer sim continuar a exercer seu cargo na área pública, esse dado é muito importante porque é possível perceber que mais da maioria dos funcionários gosta daquilo que faz e não deseja sair, partindo do pressuposto que pessoas que gostam do seu trabalho tendem a ser mais produtivos e eficazes. Dessa forma simplificará para que as normas de Contabilidade Aplicado ao Setor Público sejam convergidas de melhor forma.

6° questão: a questão 6 pergunta ao pessoal se eles já ouviram falar das mudanças das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

Figura 6 – SE JÁ OUVIU FALAR SOBRE NBCASP

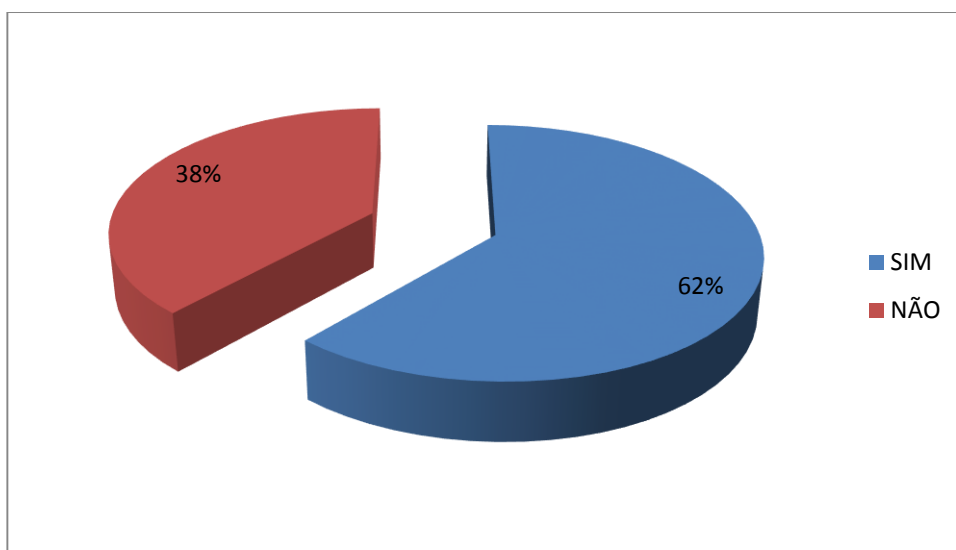


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O gráfico revela que as grandes partes de todos os funcionários já ouviram falar sobre Contabilidade Aplicada ao Setor Público 77% responderam que sim nessa questão, o ideal era que todas as pessoas pelo menos tivessem ouvido falar nas mudanças das normas, pois não dá para converter algo onde os responsáveis desconhecem que tem que ser feita a convergência em padrão internacional.

7° questão: Dessa vez o que irá ser questionado é se os funcionários já leram ou revisto algo do tipo que focalize a mudanças da NBCASP.

Figura 7 - JÁ LEU ALGO SOBRE NBCASP?

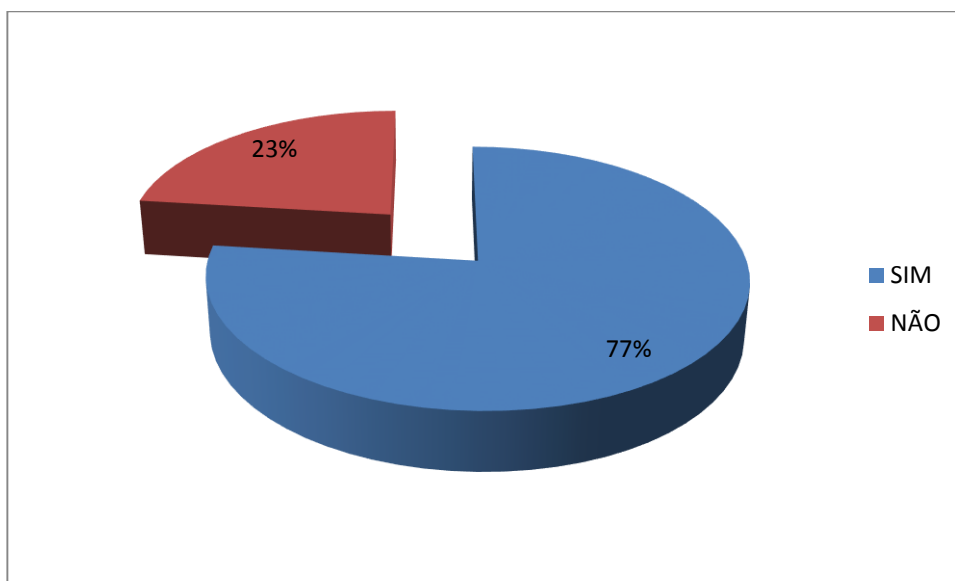


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

É possível observar no gráfico acima, que 62% dos funcionários que participaram da pesquisa revelaram que já leu sim, livros ou algo do tipo que focalize esse tema, levando em consideração que o ideal seria que todos os participantes já tivessem acesso a materiais que dê mais conhecimento em relação à NBCASP.

8° questão: Nessa questão tem o objetivo de pesquisar se o funcionário já participou de palestras que tematize a NBCASP.

Figura 8 - JÁ PARTICIPOU DE PALESTRAS SOBRE NBCASP?

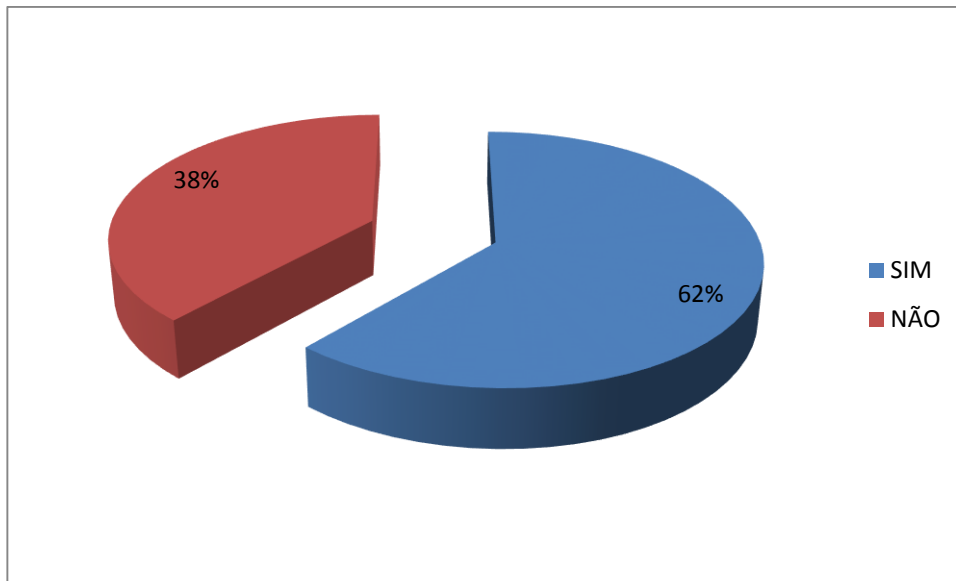


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O gráfico revela que 77% dos funcionários pesquisados já participaram de palestras que tematize a nova Contabilidade Aplicada ao Setor Público, esse dado mostra que a maior parte desses funcionários estão interessados em ganhar conhecimento sobre o tema.

9° questão: Essa questão irá perguntar se a pessoa está integralmente apta ou não para exercer o cargo que lhe ocupa tendo em vista a relevância e a complexidade das NBCASP.

Figura 9 – VOCÊ SE ACHA INTEGRALMENTE APTO?

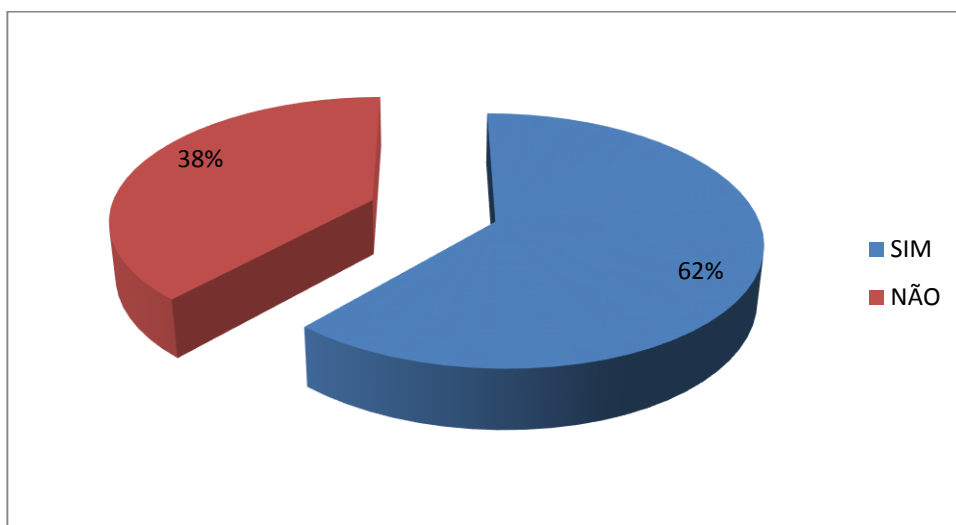


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Através do gráfico é possível verificar que 62% dos funcionários em sua concepção estão aptos a exercer sua função tem em vista todas as complexas atribuições da NBCASP. Por sua vez 38% dizem que não estão aptos para exercer sua função.

10° questão: Nessa questão foi perguntado se a entidade onde o funcionário trabalha já realizou algum treinamento e capacitações referentes à adequação da NBCASP.

Figura 10 - SUA ENTIDADE JÁ REALIZOU TREINAMENTO SOBRE NBCASP?

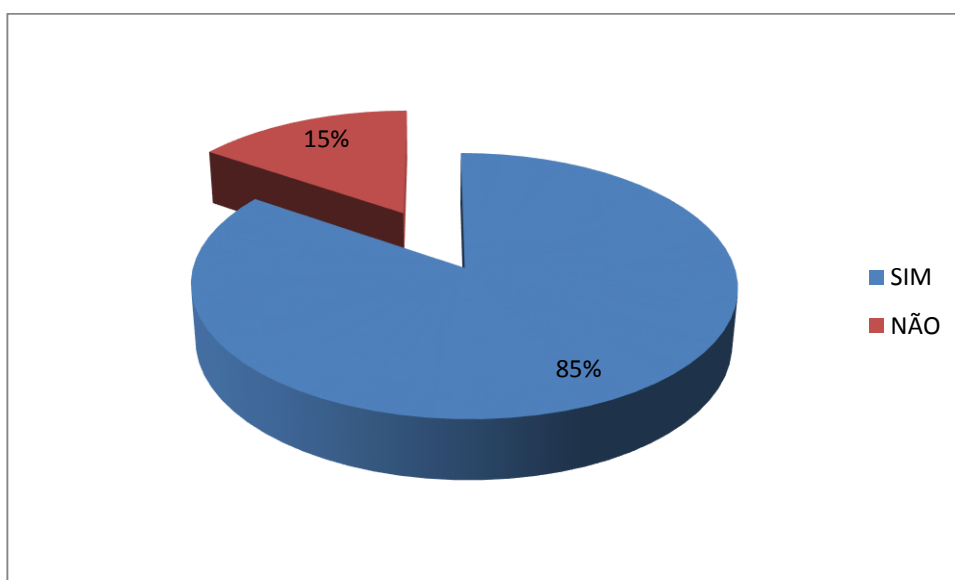


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Conforme o gráfico 62% das pessoas que responderam o questionário disseram que a entidade realiza capacitações e treinamentos que envolvam que a NBCASP. 38% negaram essa informação e responderam que a entidade não realiza nenhum treinamento e capacitação.

11° questão: Nessa questão foi perguntado se o funcionário contribui de alguma maneira (diretamente ou indiretamente) para que a NBCASP seja bem executas levando em consideração a exigência e importância dessas normas na entidade pública.

Figura 11 – VOCÊ CONTRIBUI PARA NBCASP EM SUA ENTIDADE?

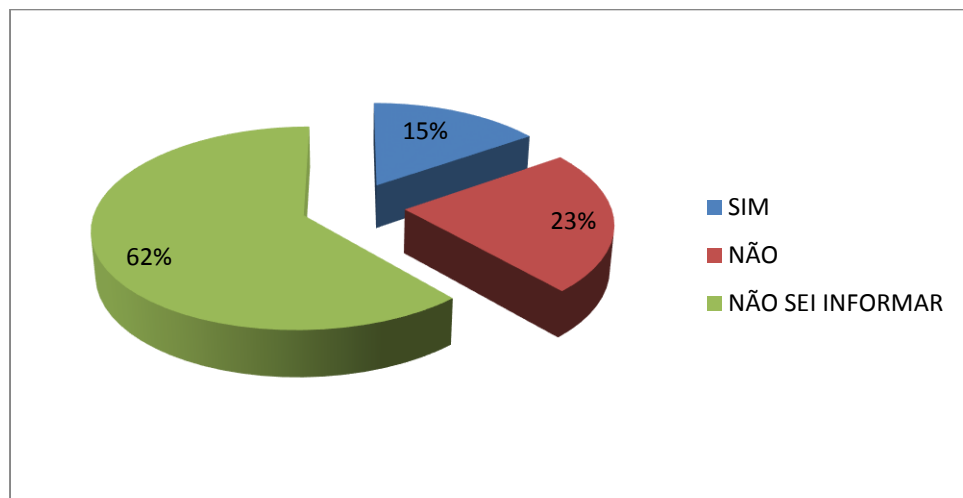


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Através do gráfico é possível perceber 85% dos funcionários que responderam o questionário disseram que contribui sim indiretamente ou indiretamente para que a NBCASP seja bem executadas no município de Wanderley, apenas 15% disseram que não contribui, é um numero bastante relevante na pesquisa, pois só é feita essa implantação de acordo a contribuição de cada um.

12° questão: Nessa questão pergunta a opinião de cada um dos funcionários se a Prefeitura Municipal de Wanderley está preparada tecnicamente para receber todas as NBCASP.

Figura 12 – A ENTIDADE ESTÁ TECNICAMENTE PREPARADA PARA RECEBER A NBCASP

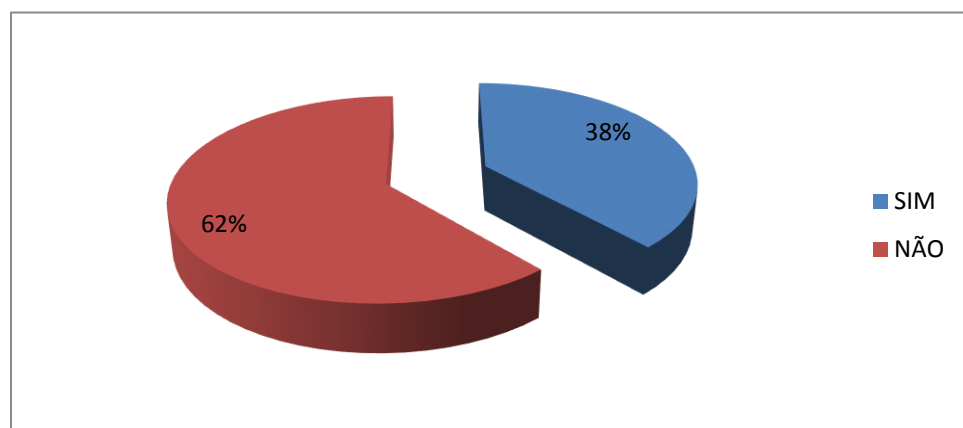


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

Conforme o gráfico acima mostra um ponto negativo na PMW, pois a grande maioria com 62 % não soube informar se a PMW está tecnicamente preparada, logo depois com 23% dos pesquisados disseram que não, que a PMW não está preparada, e por último 15% disseram que sim. Através desses dados é possível afirmar que a Prefeitura Municipal de Wanderley não está tecnicamente preparada para receber todas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor público.

13° questão: A 13° questão pergunta na opinião de cada um se os gestores e chefes da entidade onde trabalha tem conhecimento da importância da NBCASP e se preocupam com elas.

Figura 13 – SEUS GESTORES TE CONHECIMENTO DA IMPORTÂNCIA E SE PREOCUPA COM A NBCASP

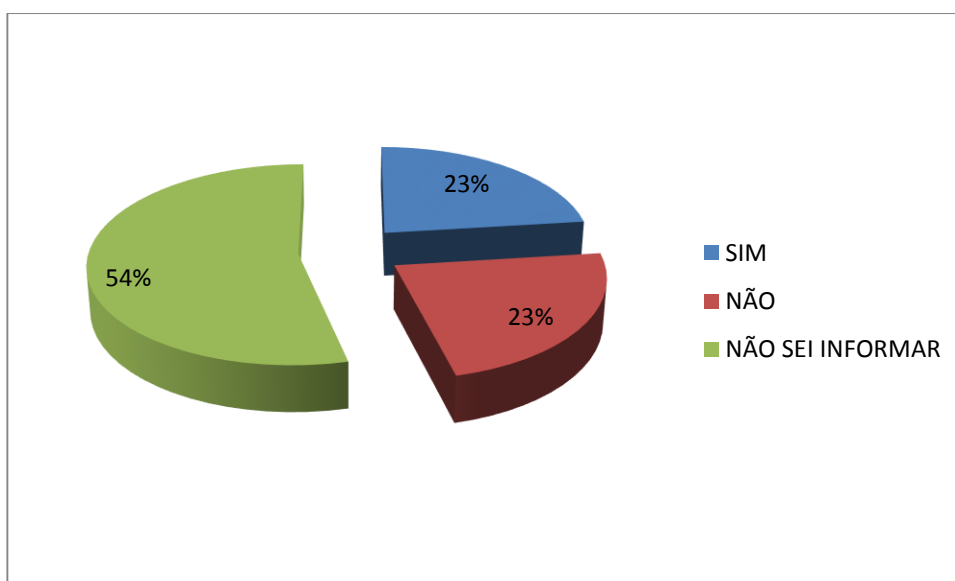


FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

De acordo com o gráfico acima 62% disseram que os gestores e chefes não têm conhecimento da importância das NBCASP e que não se preocupam com elas. Apenas 38% dos pesquisados acham que os chefes e gestores sabem da importância e se preocupam com a NBCASP pela qual faz parte. Portanto nessa questão podemos visualizar mais um ponto negativo da Prefeitura Municipal de Wanderley em relação à convergência das NBCASP, pois não é possível se adequar sem que os gestores e chefes saibam da importância dessas normas.

14° questão: O objetivo dessa questão é saber se a entidade onde trabalha, executa com eficiência a NBC T 16.8 que se refere ao controle interno que tem como atribuição suporte de informação contábil, no sentido de minimizar riscos e dar efetividade, visando contribuir para o alcance dos objetivos da entidade do setor público.

Figura 14 – CO NTROLE INTERNO



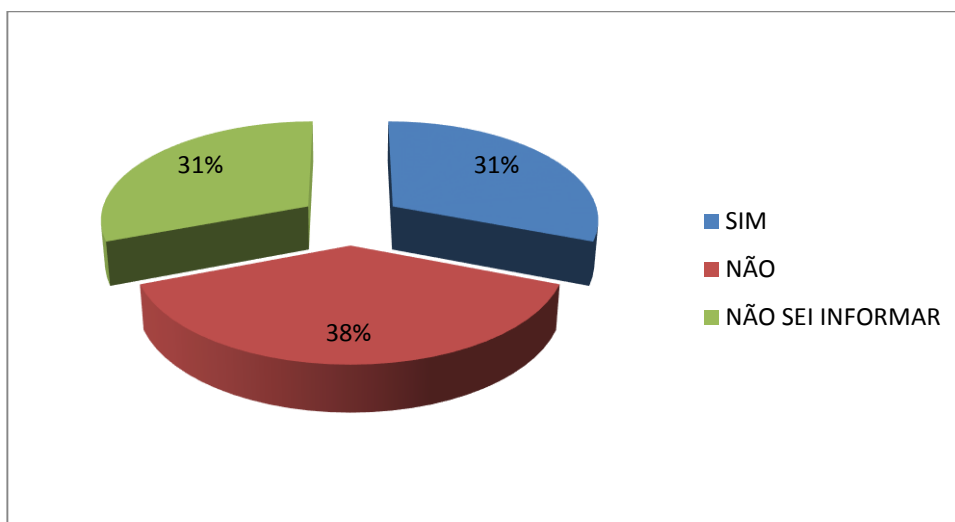
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

O gráfico revela outro ponto negativo na Prefeitura Municipal de Wanderley onde 54% ou seja, mais da metade não sabe informar se o controle interno executa de maneira correta as suas atribuições de acordo a Nbc t 16.8, 23% dos pesquisados disseram que o controle interno executa corretamente e 23% negaram afirmando que não.

Isso com certeza é um ponto negativo, pois o controle interno é de fundamental importância para haver uma contabilidade eficiente na entidade pública.

15° questão: Essa questão se referiu a Nbc t 16.9 que fala sobre a depreciação, amortização e exaustão que diz respeito ao registro da redução dos valores dos ativos dessa entidade por tempo de uso ou desgaste. A pergunta quis saber na opinião do funcionário pesquisado se esses registros são feitos corretamente na entidade.

Figura 15 – DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO.



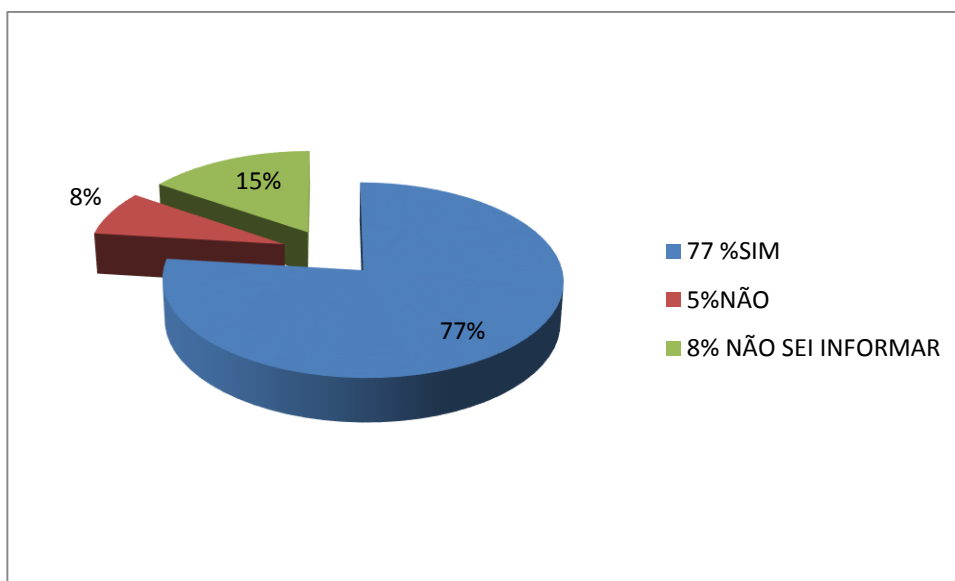
FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPIA

É possível perceber através do gráfico que a maioria dos funcionários pesquisados com 38% disseram que a Prefeitura Municipal de Wanderley não executa corretamente as atribuições da Nbc t 16.9 que se refere a depreciação, amortização e exaustão, 31% não souberam informar e 31% disseram que sim, a entidade faz corretamente esses registros.

Neste caso também é possível afirmar que a Prefeitura Municipal de Wanderley não está seguindo corretamente com os padrões exigidos para a convergência da NBCASP.

16° questão: Essa questão se referiu a Nbc t 16.6 que fala sobre as demonstrações contábeis a serem elaboradas e divulgadas pela entidade do setor público. Onde as demonstrações contábeis das entidades definidas no campo da contabilidade aplicada ao setor público são: Balanço patrimonial, Balanço orçamentário, Balanço financeiro, Demonstrações às variações patrimoniais, Demonstrações de fluxo de caixa e Demonstrações de resultados. A pergunta quis saber na opinião do funcionário pesquisado se a PMW vem cumprindo com as atribuições legais desta norma.

Figura 16 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS



FONTE: ELABORAÇÃO PRÓPRIA

De acordo com o gráfico foi possível perceber um ponto positivo na Prefeitura Municipal de Wanderley, pois a grande maioria com 77% dos funcionários pesquisados disseram que sim, a PMW, executa e divulga corretamente todas as demonstrações exigidas na Nbc t 16.6, apenas 15% não souberam informar e 8% disseram que a PMW não faz corretamente essas demonstrações.

É possível afirmar de acordo com funcionários da PMW que a entidade pesquisada faz corretamente as exigências da Nbc t 16.8, que se refere as demonstrações contábeis do setor público.

4. CONCLUSÃO

O objetivo desse trabalho foi desenvolver uma pesquisa através de maneira bibliográfica e estudo de caso para verificar como a Prefeitura Municipal de Wanderley vem fazendo a convergência das novas Normas de Contabilidade Aplicada ao Setor Público e evidenciar se está havendo dificuldades ou não, analisar se os gestores estão fazendo sua parte em relação a incentivar e cobrar seus funcionários a execução de todas as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

Através desse trabalho é possível perceber as mudanças que ocorreram no cenário da contabilidade pública Brasileira, que foi o resgate do objeto da própria contabilidade que é o patrimônio. Dessa forma o orçamento perde a sua soberania na contabilidade Pública, mais não perdendo a sua importância, será possível visualizar alguns pontos positivos que essas normas trazem com a padronização, que a seria valorização do profissional contábil, e principalmente a facilidade de compreensão das demonstrações logo que elas foram padronizadas internacionalmente.

Nessa pesquisa foi evidenciada os princípios básicos da contabilidade sob a perspectiva da contabilidade aplicada ao setor público, princípios da administração pública e breves comentários sobre a lei 4320 de 1964 e a lei complementar nº101 aprovada em 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade fiscal –LRF).

A pesquisa foi realizada na Prefeitura Municipal de Wanderley, e o método utilizado para responder a maneira que Wanderley vem se adequando as novas normas foram feita através de um questionário de 16 questões, visando saber de cada um que foi pesquisado seu perfil, suas perspectivas profissionais na área pública, conhecimento da NBC t 16, e também saber de como os gestores e administradores veem essas normas na entidade em que fazem parte.

Através dos questionários foi possível visualizar pontos positivos e negativos na Prefeitura Municipal de Wanderley em relação a padronização das normas, um dos principais pontos positivos foi identificar o perfil de cada um, e perceber que a grande maioria dos profissionais tem nível superior ou estão se formando, pois a qualidade técnica e de fundamental importância para que haja um trabalho correto em relação essa a execução das atribuições diante as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

No entanto alguns pontos negativos foram cruciais para identificar dificuldades na implementação da NBCASP, pois foi possível verificar que a qualidade técnica em relação ao alguns registros ainda não é sólida como deveriam ser. Ainda existem profissionais que ainda ouviram sequer falar nas mudanças da contabilidade pública, ainda existem profissionais que se revelam inaptos para ocupar o cargo que lhe ocupa relacionando as novas normas, outro problema encontrado foi à falta de interesse dos gestores em capacitar e preparar seus profissionais para era adequação, além disso, o conhecimento das NBC t's é insuficiente para adequação da entidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT-**Associação Brasileira de Normas Técnicas**, NBR 14724/jul2001, site www.abnt.org.br.

ÁVILA, Humberto. Repensando o “**Princípio da Supremacia do Interesse Público sobre o Particular**”. Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado (RERE), Salvador, Instituto Brasileiro de Direito Público, nº. 11, setembro/outubro/novembro, 2007. Disponível na Internet: <<http://www.direitodoestado.com.br/rere.asp>>. Acesso em: 01 de setembro de 2015.

BINENBOJM, Gustavo. **Interesses Públicos versus Interesses Privados: desconstruindo o princípio de supremacia do interesse público**. Editora Lúmen Júris. Rio de Janeiro, 2007. p. 151.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 18ª ed. São Paulo. Ed. Atlas, 2005.

GIL, A. C.; **Método e técnicas de pesquisa social**. 5ª Edição. São Paulo. Editora Atlas S.A. 2008. 206 p.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**. 29ª ed. São Paulo. Ed. Malheiros. 2004.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro**, 24ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

SILVA, Lino Martins da Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.